

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Acordo de deputados pode elevar conteúdo local em petróleo	2
Título: Com ‘tarifa branca’, luz fica 87% mais cara em horário de pico na Light	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Tarifa branca entra em vigor no ano que vem	5
Título: Demanda em IPO da BR já chega em 70% da oferta	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Defasagem na gasolina sob PT é alvo de ação	6
Título: Além do juro menor, ajuste devolve lucro às empresas	8
Título: Luz traz modernidade	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Petrobras na mira dos minoritários	11
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Tarifa branca começa com 5% dos consumidores	11
Título: Estudo prevê queda no faturamento das distribuidoras	13
Título: Estatal chinesa processa a PDVSA, num sinal de ruptura com Venezuela	14
Título: Rosatom aguarda definição em Angra 3	16
Título: Vale prevê Ebitda de até US\$ 19 bi em 2020	17
Título: Potencial para ser maior geradora de valor aos acionistas	18
Título: MPF acusa ex-conselheiros da Petrobras por improbidade	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura e Ana Paula Machado****Título: Acordo de deputados pode elevar conteúdo local em petróleo**

Percentuais maiores seriam fixados em lei. Para fontes, "difícilmente" governo apoiará proposta.

Deputados da base aliada do governo fecharam acordo para votar um projeto de lei que endurece as regras de conteúdo local aplicado nos campos de petróleo. A proposta surgiu durante a votação da medida provisória (MP) que amplia o Repetro, regime especial de tributação que desonera impostos para a cadeia de óleo e gás. As regras de conteúdo local definem percentuais mínimos de produtos e serviços que devem ser contratados de fornecedores nacionais por empreendimentos no país. A flexibilização dessa exigência é considerada fator-chave para o sucesso de leilões de petróleo neste ano.

O acordo foi costurado na noite de terça-feira. Parlamentares concordaram em votar um projeto de lei, em regime de urgência, até a próxima semana. O projeto foi negociado a pedido da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e do Instituto Aço Brasil, e teve aval do líder do governo, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Essas entidades reclamam que as regras de hoje prejudicam a indústria nacional.

Apesar da expectativa do setor, fontes da área de concessões e privatizações do governo argumentam que as discussões no Congresso estão apenas no começo e, caso não concorde com a alteração, o presidente Michel Temer pode vetar o projeto.

Hoje, "difícilmente" o governo apoiará mais conteúdo local no setor de petróleo, porque esse movimento iria na contramão de tudo que foi feito nessa área até agora, disse a fonte. Além de cortar à metade o índice de conteúdo local, o governo apoiou o fim da obrigação de a Petrobras ser operadora única do pré-sal e ampliou o Repetro.

MUDANÇA PODE AFASTAR INVESTIDORES

O conteúdo local é exigido por lei, mas os percentuais são definidos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão do governo federal, para cada leilão. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) tem quatro previstos para 2018 e 2019. No programa atual, os investimentos em exploração de poços e

em plataformas devem ter 25% de conteúdo local, e no escoamento do óleo, 40%. A proposta dos deputados prevê fixar esses números em lei. As cotas seriam diferentes para serviços e equipamentos. Em poços, serviços teriam de ter 25% de prestadores do país, e bens (equipamentos), 40%. Já nas plataformas, a regra será de 25% para serviços e 40% em bens, e, em escoamento, 40% tanto para serviços como para equipamentos.

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, destacou que o projeto é uma contrapartida à exclusão de uma emenda no Repetro, que estabelecia a isenção do Imposto de Importação para equipamentos sem similar nacional. — Isso irá estimular a indústria nacional. Para se ter uma ideia, somente as siderúrgicas investiram R\$ 30 bilhões de 2011 até agora para atender aos projetos de óleo e gás no país — disse Mello Lopes.

José Velloso Dias, presidente da Abimaq, prevê aumento nas contratações: — Nos próximos leilões, os investimentos em bens e serviços terão participação dos fabricantes locais.

Para especialistas, no entanto, essa medida poderá afastar investidores estrangeiros dos próximos leilões para exploração de áreas do pré-sal. — Estabelecer em lei as regras de conteúdo local é um retrocesso enorme, além de engessar as regras. Pois, caso o governo queira rever os percentuais, somente poderá fazer isso por outra lei. Conteúdo local faz parte de políticas públicas de governo, não de lei — afirma Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), que destaca que o Brasil pode até ser questionado na Organização Mundial do Comércio por protecionismo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Com 'tarifa branca', luz fica 87% mais cara em horário de pico na Light

No novo modelo de cobrança, preços variam ao longo do dia.

A conta de energia elétrica dos clientes da Light ficará 87% mais cara no horário de pico, caso o consumidor decida aderir ao novo modelo de cobrança, chamado de "tarifa branca"! Em contrapartida, nos períodos de menor consumo, a conta ficará 12,5% mais barata a partir de 2018, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No horário intermediário, o aumento será de 24%.

O consumidor poderá optar por este modelo ou continuar pagando a conta pelas regras atuais. Na nova forma de cobrança, os preços vão variar ao longo do dia. Nos horários de pico, o custo será maior.

"PONTA": DAS 17H30M ÀS 20H30M

Os horários de pico, ou de "ponta", são as três horas de maior consumo de energia; o "intermediário" é o período de uma hora anterior e posterior ao de ponta; e o "fora de ponta" são todos os demais momentos do dia. Esses horários variam em cada distribuidora. No caso da Light, o horário de pico vai das 17h30m às 20h30m. Nos finais de semana e feriados, a tarifa será mais barata que a convencional.

A partir do ano que vem, a todo novo consumidor de energia já será oferecida a opção da tarifa branca. A possibilidade de adesão será disponibilizada aos poucos para os consumidores já conectados na rede, de acordo com o consumo.

Quem tem uma média anual de consumo mensal acima de 500 quilowatts-hora (kWh) poderá migrar para o novo modelo de tarifa no início de 2018. Pequenos comércios e casas que usam muito ar-condicionado, chuveiro elétrico ou aquecedor de piscina, por exemplo, costumam gastar mais energia que os demais consumidores. Para os consumidores acima de 250 kWh, o prazo será a partir de 2019, e para abaixo disso, somente em 2020. O consumo é impresso na conta enviada pela distribuidora.

Para não acabar pagando mais, é importante que o consumidor conheça seu perfil de gasto. Quanto mais conseguir deslocar seu consumo para o período fora dos horários de pico, maior é o benefício. — É preciso ter cuidado ao escolher a tarifa branca. Quem puder remanejar o consumo para fora do horário de pico terá vantagem. Tem que fazer as contas e analisar direitinho para não se arrepender depois — disse o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, ao comentar ontem as mudanças.

Caso o cliente não consiga evitar o consumo no horário de pico ou não queira mudar seus hábitos, a recomendação é não mudar para a nova modalidade.

ADESÃO A PARTIR DE JANEIRO

O consumidor poderá pedir a adesão à tarifa branca em um posto de atendimento da distribuidora, a partir de janeiro. Após solicitação, a empresa terá até 30 dias para instalar um novo medidor de energia, capaz de detectar o consumo por horário, sem custo extra para o consumidor. O cliente poderá solicitar o retorno à tarifa convencional a qualquer momento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Anne Warth**Título:** Tarifa branca entra em vigor no ano que vem

Energia. Associação de distribuidores cria faixas tarifárias que oscilam em função do horário de consumo: quem concentrar gasto de energia entre 22 horas de um dia e 17 horas do dia seguinte vai pagar menos; objetivo é desestimular uso no horário de pico

Os consumidores que conseguirem mudar hábitos e deslocarem o consumo de energia poderão pagar uma conta de luz mais baixa em 2018. De acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), quem conseguir concentrar o consumo entre as 22 horas de um dia e as 17 horas do dia seguinte pode economizar (leia quadro ao lado).

A tarifa branca é um regime tarifário que considera o horário do consumo e o dia da semana para definir o preço da energia. Atualmente, o consumidor paga o mesmo valor pela energia em todo qualquer horário do dia, seja manhã, tarde, noite e madrugada.

Inicialmente, apenas clientes com consumo médio mensal acima de 500 kWh poderão migrar. Novas ligações também poderão realizar a migração. A estimativa é que 5% dos consumidores possam fazer essa opção em janeiro, cerca de 4 milhões de unidades consumidoras. Entre eles, estão consumidores de renda mais alta, além de comércios e indústrias de menor porte.

Ao avaliar a opção da tarifa branca, os clientes precisam ter cuidado, pois, dependendo do perfil do consumo, é melhor permanecer no regime atual. Quem não consegue deslocar o horário do banho da noite para a manhã, por exemplo, não deve fazer a migração, pois sua conta de luz pode ficar mais cara.

Quem tem ar condicionado ou aquecedor, itens que consomem muito, deve mudar hábitos se quiser economizar.

Segurança.

De acordo com o presidente da Abradee, Nelson Fonseca Leite, o objetivo da tarifa branca é desestimular o consumo no horário de pico, para dar mais segurança ao sistema elétrico. O executivo não deu uma estimativa sobre quanto o consumidor pode economizar com a migração. Para escritórios que funcionam em horário comercial, das 8h às 17 horas, por exemplo, a migração vale a pena.

Os valores da energia cobrada por cada empresa, bem como os horários de pico de cada uma, estão disponíveis no site da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Cada consumidor deve fazer seus cálculos para verificar se vale a pena ou não aderir”, disse Leite.

A partir de janeiro de 2019, consumidores com consumo médio mensal acima de 250 kWh poderão migrar. Finalmente, a partir de janeiro de 2020, todos poderão migrar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Demanda em IPO da BR já chega em 70% da oferta

Faltando ainda uma semana para o fechamento da bilionária oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da BR Distribuidora, da Petrobrás, a demanda pelas ações da companhia está forte e já atinge 70% da oferta, isso considerando o piso da faixa indicativa de preço, estipulada de R\$ 15 a R\$ 19. Uma das explicações pelo interesse dos investidores foi o desconto em relação às ações da Ultrapar, que é dona da bandeira Ipiranga.

Os recursos da oferta irão inteiramente ao caixa da Petrobrás. Considerando o valor mais baixo do intervalo de preço, a captação poderá chegar em R\$ 5,9 bilhões. Vale lembrar, ainda, que há muito tempo para que os investidores façam suas ordens e muitos o fazem apenas na reta final do processo. Procuradas, BR e Petrobrás não comentaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Defasagem na gasolina sob PT é alvo de ação

Procuradoria abre processo contra União, Mantega e Graça Foster por perdas causadas à Petrobras por política de preço

Valor do ressarcimento ainda será definido pelo Ministério Público; procurados, acusados não se pronunciam

O Ministério Público Federal do Rio abriu ação civil pública contra a União e nove ex-conselheiros da Petrobras por prejuízos causados à estatal pela política

de preços no governo Dilma Rousseff. A ação pede ressarcimento pela União das perdas da empresa com a venda a preços mais baixos de combustíveis comprados no exterior de junho de 2013 a outubro de 2014. Os procuradores acusam o conselho de administração da estatal de improbidade administrativa, ao impedir que a empresa realizasse reajustes nos preços, mesmo diante de pedidos de sua diretoria. O valor do ressarcimento não foi estipulado e deve ser definido no decorrer do processo. No texto enviado à Justiça, porém, os procuradores alegam que a estatal informou perdas de US\$ 29,4 bilhões entre 2011 e o primeiro semestre de 2014.

A ação pede ainda a condenação dos ex-ministros da Fazenda e do Planejamento Guido Mantega e Miriam Belchior do ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho, da ex-presidente da empresa Graça Foster e do ex-secretário executivo do Ministério de Minas e Energia Márcio Zimmermann, que representavam a União no conselho da empresa. Além disso, pede a condenação de Francisco Roberto de Albuquerque, Sérgio Franklin Quintella, Jorge Gerdau Johanpetter e José Maria Rangel, indicados para o conselho por outros acionistas e, no último caso, pelos trabalhadores da companhia.

A ação traz trechos de processo movido na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) por outro ex-conselheiro, Mauro Cunha, que questiona a empresa quanto à manutenção da política de preços. Atas de reuniões do conselho anexados ao processo mostram que Graça Foster já apontava, no início de 2014, a necessidade de reajustes para preservar os indicadores de endividamento. “A conselheira e presidente da Petrobras Graça Foster reconheceu que desde 2011 tem havido um sacrifício no que se refere ao reajuste de preço e que a companhia está no limite para ter o reajuste, que era preciso que ocorresse, e completou que acreditava que virá logo”, diz a ata de número 1.396, de reunião de 8 de agosto de 2014.

Os aumentos, porém, só foram concedidos após a eleição presidencial daquele ano. Segundo os procuradores, a executiva, porém, admitiu em depoimento em 2015 que a decisão sobre os preços era do governo e pode ter sido postergada em razão das eleições. “Os preços eram trazidos para mim pelo presidente do conselho [Mantega] ou pelo telefone ou escrito num pedaço de papel”, disse Foster em seu depoimento. Os procuradores dizem que, “sem dúvida”, uma das principais causas da crise da Petrobras é a “inexplicável manutenção da defasagem de preços da gasolina e do diesel pelo conselho de administração nos anos de 2013 e 2014”. OUTRO LADO A Folha procurou os nove acusados pela Procuradoria. Luciano Coutinho e Jorge Gerdau Johanpetter disseram que não iriam comentar, e os demais não responderam.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: TATIANA VAZ DE SÃO PAULO****Título: Além do juro menor, ajuste devolve lucro às empresas**

Empresas cortaram despesas e reorganizaram negócios durante a crise

Melhora nos resultados é atribuído mais ao esforço das companhias do que à retomada da economia, diz analista

Para as empresas, queda de juros significa crédito farto e mais barato, fator que determina muito do negócio. No entanto, nos dois últimos anos, outro aspecto pesou ainda mais para muitas delas: a revisão da própria companhia como um todo. “Crise é a hora de reduzir custos e despesas, alterar mix de produtos, rever a relação com fornecedores, o jeito de precificar e até repensar o futuro —e foi o que muitas fizeram”, afirma Ana Paula Toz-zi, da consultoria AGR. Exemplos de ajustes assim foram anunciados aos montes em 2015 e 2016. Enquanto a operadora de turismo CVC ampliou as ofertas de viagens corporativas, as varejistas Cnova e Extra, do Grupo Pão de Açúcar, e o Magazine Luiza entraram no marketplace, venda on-line de produtos de terceiros. Marisa e Riachuelo frearam os planos de abertura de lojas, e as companhias aéreas Latam, Azul e Gol reorganizaram rotas de voos.

Tais mudanças as ajudaram a passar pelo período de pouca demanda e muita incerteza da economia, afirmam especialistas ouvidos pela Folha. “A queda da Selic e do desemprego também contribui para um cenário mais favorável, de menor custo de capital”, diz Silvio Campos Neto, da Tendências consultoria. O economista aponta que, em tempos mais desafiadores, é comum que as companhias passem a olhar para dentro de casa, para decidir melhor sobre como irão reduzir dívidas, manter preços e acabar com estoques.

LUCRO MAIOR

O efeito positivo dos juros menores e a busca de eficiência das empresas listadas em Bolsa mostraram sinais de melhora no ambiente de negócios no terceiro trimestre. Segundo dados da consultoria Economatica, o lucro somado de 299 companhias de capital aberto atingiu R\$ 32,3 bilhões, volume 29% maior que o de um ano antes. Ao mesmo tempo, a dívida total bruta encolheu, para R\$ 1,15 trilhão, valor 2,47% inferior ao de julho a setembro de 2016. O levantamento deixa de fora Vale, Transmissão Paulista, Petrobras, Oi, Am-Bev, PDG e Dommo pelo fato de a variação de resultado delas distorcer o estudo geral.

A melhora de resultados é atribuída mais aos esforços das companhias do que à recuperação isolada da economia, afirma André Perfeito, economista-chefe da Gradual Investimentos. “É preciso separar um pouco as coisas para não entrarmos em um otimismo irreal, sem fundamento.” De acordo com ele, a inadimplência melhorou um pouco, mas ainda está em um patamar alto, e, em geral, muitos setores estão longe do nível de produtividade dos anos pré-crise. “Paramos de piorar, mas vamos demorar uns seis anos a voltar ao cenário favorável de antes.”

MELHORES E PIORES

Pelos dados, os três setores de melhores resultados, com base nas empresas abertas, foram bancos, energia elétrica e seguradoras. Para Ricardo Bottas, vice-presidente de relações de investidores e controladoria da SulAmérica, a carteira diversificada de seguros facilita a compensação da alta da Selic, em momentos de crise. “Também fazemos ajustes no negócio com frequência, motivo pelo qual já estávamos bem preparados”, diz. Segmentos baseados em exportação e commodities, como o de papel e celulose e mineração, já apresentam sinais claros de melhora, apontam os analistas, ao contrário do setor de construção. As 21 construtoras e incorporadoras com ações em Bolsa somaram perdas de R\$ 381 milhões, o maior de todas as categorias. “O setor demora a se recuperar porque precisa muito da confiança do consumidor”, diz Campos Neto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências e Debates

Autor: Walter Torre

Título: Luz traz modernidade

São Paulo amarga há dois anos um apagão. Durante esse período de trevas burocráticas, arrastam-se pelos tribunais gincanas jurídicas que impedem que a maior metrópole da América Latina tenha seus caminhos iluminados para uma modernidade nem sequer imaginada. Resultado: desperdiçamos muito tempo e dinheiro, e o paulistano já perdeu segurança e economia.

Se a prefeitura não fizesse vistas grossas para a legalidade, a PPP de Iluminação Pública estaria em vigor, na claridade das ruas e não nos pontos cegos de gabinetes. Já poderiam ser notadas inúmeras vantagens oferecidas pela iluminação em LED. De cara, uma redução de consumo da ordem de 30%. Dinheiro que seria suficiente para tirar centenas de áreas da periferia da escuridão. Economia de energia, mais lúmen por watt.

As novas tecnologias já poderiam colocar vida e controle em cada luminária. Como se fosse um Big Brother metropolitano. Por meio de sistemas de antenas, contaríamos atualmente com olhos digitais, onde tudo é possível ver, desde o monitoramento total da área até o total acompanhamento dos movimentos, típicos e atípicos, informando uma grande central de vigilância sobre tudo o que ocorre na cidade.

Num acidente em determinado lugar, por exemplo, disporíamos da possibilidade de aumentar a claridade especificamente naquele ponto, chamando mais atenção. Ou quando não há a necessidade de tanta luminosidade, diminuir, a ponto de até apagar caso não haja ninguém naquele instante. Dessa forma, mais energia se economiza.

Modernos sistemas estariam jogando luz e monitorando o assaltante ou detectando o roubo de carro do início até o fim de seu percurso, sabendo exatamente o que ocorreu, como e onde, e onde está o bandido e/ou o carro. Este sistema totalmente disruptivo, dentre tantas vantagens, diminuiria, em muito, o prêmio dos seguros dos automóveis.

Além do mais, a cidade teria o controle total dos veículos, se estão com IPVA em dia ou não. Os postes de iluminação estariam operando como pedágios inteligentes, em determinadas áreas ou horas do dia, contribuindo com gestão da chuva, previsão de inundação, se adiantando aos controles etc. Estaríamos desfrutando da sonhada "Smart City". A imaginação é o limite.

Em suma, a cada ponto de luz, instalado a cada 25 ou 30 metros, estaria uma inesgotável fonte de transmissão e de informação. Mais segurança e controle sobre o que acontece na nossa cidade. São Paulo se destacaria muito como a maior cidade 100% LED, e poderíamos ser o piloto mundial de vários experimentos, principalmente pelo gigantismo do número de pontos controlados. Afinal, teríamos todos os postes de luz geridos.

Diante de um orçamento apertado, o município se beneficiaria do percentual que agora sobrar em função do desconto da Cosip (Contribuição Para Custeio da Iluminação Pública), incluída na conta de energia. Dinheiro que a prefeitura já poderia estar usando em benefícios ligados à iluminação pública. Vale lembrar que a administração ficará com 50% nos resultados das operações dessa tecnologia e dos serviços acessórios.

As vantagens estão a um palmo da mão, e estamos preparados há dois anos para dar um salto na iluminação, com economia de bilhões de reais. Os paulistanos já deixaram de economizar muitos megawatts, e a cidade não pode seguir às escuras. São Paulo é um farol para o país. Não podemos perder mais

tempo com entraves que têm atravancado nossa trilha rumo à modernidade. O Brasil está farto de postes!

WALTER TORRE, engenheiro civil, é empresário e presidente do conselho da WTorre

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Petrobras na mira dos minoritários

Mercado S/A

A decisão do Ministério Público Federal (MPF) de devolver R\$ 600 milhões à Petrobras, dinheiro recuperado dos acordos de leniência da Operação Lava-Jato, deve criar uma enxurrada de ações contra empresas envolvidas em escândalos de corrupção no país. A iniciativa, sem precedentes por aqui, interessa a milhares de pessoas. Isso porque acionistas minoritários, principalmente do Brasil e dos Estados Unidos, partirão para o ataque para reaver parte de seus prejuízos com a queda na cotação dos papéis — um efeito direto dos episódios de corrupção. “A decisão poderá beneficiar, sem distinção, todos aqueles que fizeram investimentos em ações da Petrobras”, afirma o advogado André de Almeida, que idealizou a primeira ação nos Estados Unidos contra a petrolífera brasileira. O mesmo raciocínio vale para os acionistas minoritários de companhias como a JBS, também envolvida na Lava-Jato. Segundo o especialista, o tema provocará intensos debates nos próximos dias, mas a tendência é a balança pender a favor dos minoritários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Tarifa branca começa com 5% dos consumidores

A tarifa branca, que permite o consumo mais barato de energia elétrica fora do horário de pico, estará disponível para 5% dos consumidores brasileiros a partir de janeiro de 2018. Cerca de 4 milhões de clientes, com média de consumo superior a 500 quilowatt-hora (kWh) por mês, poderão solicitar a adesão à nova modalidade.

Inicialmente, bandeira branca atenderá o grupo de consumidores formado por residências com demanda acima da média, comércios e indústrias de pequeno

porte. A partir de 2019, a cobrança diferenciada será oferecida aos clientes com média de consumo acima de 250 kWh por mês. O consumo médio residencial no país é de 160 kWh por mês, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Em 2020, a modalidade de consumo estará disponível para as demais unidades consumidoras. Os únicos que não serão beneficiados são os consumidores de baixa renda, pois já são atendidos pela tarifa social, subsidiada pelo modelo de cobrança tradicional.

Para aplicar a tarifa branca, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) considera como horário de maior demanda o período compreendido entre 19 horas e 21 horas nos dias úteis da semana. Esse é um ponto que o setor considera que deverá, em breve, ser aperfeiçoado. Isso porque, há pelo menos três anos, o pico de demanda no verão foi deslocado para o meio da tarde, a partir das 15h, por causa do uso de ar condicionado que se popularizou no país.

A tarifa branca estabelece ainda horários com custos intermediários que valem para uma hora antes do início do horário de pico, entre 18 horas e 19 horas, e depois deste horário, entre 21 horas e 22 horas. Neste caso, a energia elétrica não terá custo tão alto como nos horários de maior demanda.

O presidente da Abradee, Nelson Leite, considera que os consumidores poderão pagar por uma energia mais cara se não fizerem uma avaliação adequada do seu perfil de consumo antes de migrar para a nova modalidade de tarifa.

"A tarifa branca só será vantajosa para quem conseguir deslocar boa parte do consumo para os períodos em que a energia será mais barata. Do contrário, essa decisão pode resultar em aumento da conta de luz", afirmou Leite.

A partir do pedido de adesão, as distribuidoras terão 30 dias para fazer a instalação do novo medidor capaz de registrar a variação do consumo ao longo do dia. Se decidir retornar ao modelo tradicional, o consumidor deverá permanecer, pelos menos, 180 dias na nova modalidade de tarifa.

Para a Abradee, a tarifa branca deve gerar custos adicionais para distribuidoras que não serão imediatamente reconhecidos nas contas de luz. As concessionárias têm se queixado de arcar com as despesas de compra e instalação de novos medidores sem que haja uma compensação financeira no reajuste tarifário anual seguinte. Isso só deverá ser feito nos processos de revisão tarifária realizados geralmente a cada quatro anos.

Os benefícios pretendidos com o novo modelo de cobrança envolvem a racionalização do consumo e a postergação de investimentos voltados para o reforço da infraestrutura para garantir a segurança no fornecimento de energia.

Segundo Leite, o principal problema da tarifa branca é não ser obrigatória, o que coloca em dúvida a real eficácia da medida.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Estudo prevê queda no faturamento das distribuidoras

A implementação da tarifa branca - que garante descontos no consumo de energia fora do horário de pico - a partir de 2018 pode trazer prejuízos aos consumidores de energia, por meio de desequilíbrios econômico-financeiros nas distribuidoras, avalia, em estudo, a consultoria TR Soluções.

No caso da Cemig, por exemplo, o faturamento das distribuidoras com o mercado de baixa tensão pode ter queda de 3,01%, considerando a adesão de todos aqueles consumidores que tenham identificado vantagens na mudança, que será opcional. Isso será revertido em um aumento na tarifa de energia para todos os consumidores.

Segundo Paulo Steele, sócio-diretor da TR Soluções, o problema está no caráter opcional da adesão à tarifa branca. A tendência é que os consumidores só decidam pela adesão no caso de economia no custo da energia. Ou seja, serão aqueles que conseguem concentrar o consumo de energia fora do horário de pico, obtendo uma tarifa mais baixa. Os consumidores que concentram a carga no horário de pico continuarão pagando a tarifa normal. É daí que vem a diferença de faturamento.

A tarifa branca será disponibilizada a partir do ano que vem para os consumidores de baixa tensão - residenciais e comerciais, por exemplo - que utilizam mais de 500 quilowatts-hora (KWh) por mês. Em 2019, o limite vai baixar para um consumo mensal de 250 KWh. No ano seguinte, todos poderão aderir.

A ideia da tarifa branca é dar preços diferenciados dependendo do horário de consumo. No pico de carga, a energia custa mais cara. Nos demais horários, o valor cobrado será menor.

Segundo Steele, a decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de fazer a implementação do mecanismo de forma gradual e opcional faz sentido em um primeiro momento. "Esse primeiro ano vai ser um período de aprendizagem", disse ele, completando que agora é o momento de os consumidores fazerem os cálculos para saber se compensa aderir.

Além disso, as distribuidoras não têm infraestrutura suficiente para que todos os consumidores possam ter a tarifa branca, pois é necessário o medidor inteligente. "A distribuidora teria que substituir o medidor, o que implica custos", explicou Steele.

Se for possível concentrar o consumo de energia fora do horário de pico, haverá vantagem com a mudança. No caso daqueles consumidores que não têm essa flexibilidade, a energia poderá custar mais caro.

"Passado esse período e consolidado o desenho tarifário, o ideal é que a adesão fosse compulsória", disse. Caso contrário, as distribuidoras vão precisar de aumentos tarifários para compensar a mudança, elevando os custos para todos. Segundo Steele, a questão da opção "cria uma fragilidade estrutural no processo", pois só quem se beneficiaria da tarifa mais barata faria a opção pela mudança.

Além da Cemig, a TR Soluções calculou também qual seria o efeito da adesão de todos os consumidores elegíveis para o qual a mudança seria vantajosa no caso das distribuidoras Light, Eletropaulo, Coelba e Celesc. No caso de todas elas haveria redução no faturamento no segmento de baixa tensão. Na Celesc, a queda seria de 1,3%; na Light, 1,8%; na Eletropaulo, 2,2%; e na Coelba, 1,8%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Jonathan Wheatley | Financial Times, de Londres

Título: Estatal chinesa processa a PDVSA, num sinal de ruptura com Venezuela

Uma das maiores petrolíferas estatais chinesas está processando a estatal venezuelana PDVSA num tribunal americano, num sinal de que a paciência de Pequim com as dívidas não pagas está se esgotando, enquanto a Venezuela naufraga no caos econômico e social.

Uma subsidiária americana da Sinopec está processando a PDVSA para receber US\$ 23,7 milhões, mais indenizações, por um contrato de maio de 2012 de fornecimento de vergalhões de aço de US\$ 43,5 milhões. Metade desse valor não foi pago, segundo documento judicial visto pelo "Financial Times".

O valor em disputa é pequeno, mas revela uma ruptura de uma dimensão muito maior na relação entre os países. Em setembro de 2013, a Sinopec concordou em investir US\$ 14 bilhões num campo petrolífero venezuelano, de acordo com Rafael Ramírez, ministro do petróleo da Venezuela à época.

Essa iniciativa constituiu parte dos investimentos e empréstimos chineses à Venezuela, que somaram mais de US\$ 62 bilhões entre 2007 e 2016, segundo o Banco de Dados Financeiro China-América Latina, administrado pela Diálogo Interamericano, um centro de estudos. Mas Caracas tem tido dificuldades para pagar suas dívidas, devido à queda do preço do petróleo e da produção da PDVSA.

Os termos da queixa da Sinopec, homologada em 27 de novembro num tribunal de Houston, Texas, revela como as relações azedaram.

A Sinopec acusa a PDVSA de valer-se de "uma empresa de fachada subcapitalizada" para evitar pagar a Sinopec e diz que sua conduta "representa falsas declarações intencionais, propósito de ludibriar e ocultação de fatos materiais" envolvendo "mentiras deliberadas" e uma conspiração coordenada entre várias unidades da PDVSA.

"Agora sabemos que a China não vai aliviar [para a Venezuela]", disse Russ Dallen, do Caracas Capital, um banco boutique de investimentos que acompanha de perto a Venezuela e que primeiro revelou a ação judicial a seus clientes.

Os advogados da Sinopec recusaram-se a comentar o caso. Não foi possível contactar a PDVSA.

A PDVSA e o governo em Caracas foram declarados inadimplentes diversas vezes por agências de avaliação de crédito desde meados do mês passado, após terem começado a descumprir prazos de pagamento de títulos internacionais.

Dallen disse que o processo da Sinopec soma-se a outras evidências de que a China não está mais disposta a dar crédito à Venezuela.

No ano passado, Pequim concordou em renegociar seus empréstimos à Venezuela, ajudando o país a honrar os pagamentos aos credores privados. Essa era uma prioridade para Caracas, pois as autoridades temiam que o caos causado por uma inadimplência acabaria derrubando o governo.

Mas o governo tem tido dificuldades para manter seus pagamentos a Pequim, na forma de petróleo. Os balanços da PDVSA mostram que a empresa enviou em média 505 mil barris de petróleo por dia para a China no ano passado, num valor total de US\$ 5,8 bilhões. Isso representa uma queda, em relação a US\$ 8,3 bilhões de 2015 e US\$ 14,4 bilhões de 2014.

Analistas dizem que esses valores são exagerados, pois não contabilizam o desconto que a China negociou, estimado em 35%.

"A China parou de rolar as dívidas da Venezuela", disse Dallen. "Eles perderam a confiança."

O único credor externo que continua disposto a apoiar Caracas é a Rússia. No mês passado, justamente quando Caracas estava anunciando um calote, Moscou concordou em reestruturar US\$ 3,15 bilhões de dívida venezuelana.

Num outro sinal do envolvimento da Rússia, Dallen disse que um de seus clientes recebeu pagamento de títulos por intermédio de um banco russo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Rosatom aguarda definição em Angra 3

A gigante nuclear russa Rosatom, que assinou na última semana memorando de cooperação técnica com a Eletronuclear e a Eletrobras, para estudar potenciais negócios na área de energia nuclear no Brasil, aguarda a definição de um modelo de negócio para a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, de forma a obter um acordo para participar da conclusão da terceira usina nuclear brasileira. "Os planos existem, mas não dependem da gente. Dependem do cliente", disse ontem Ivan Dybov, presidente da Rosatom para América Latina. "O projeto está pronto para ser realizado. Falta o modelo de negócios".

Enquanto o governo brasileiro não aprova um modelo de negócio para essa retomada da usina, que tem índice de conclusão de cerca de 65% e ainda demanda investimentos da ordem de R\$ 13 bilhões, a Rosatom disputa com a chinesa CNNC e o consórcio franco-nipônico EDF / Mitsubishi o fechamento de uma parceria com a Eletronuclear para finalizar as obras da usina, que terá 1.405 MW de potência instalada, em Angra dos Reis (RJ).

Sobre o memorando firmado com Eletronuclear e Eletrobras, ele explicou que o mais importante foi definir os principais vetores nos quais as companhias estarão trabalhando. "Vamos fazer grupos de trabalho específicos que vão tentar buscar, dentro desses vetores, oportunidades concretas", explicou.

Além de energia nuclear, Dybov destacou avanços no negócio de exportação de isótopos para o setor de medicina nuclear no Brasil, principalmente para o combate ao câncer. Segundo ele, o Brasil é o principal parceiro da América Latina para o qual a companhia exporta produção de isótopos. "Estamos enxergando algumas perspectivas de exportar produtos isótopos, não só os tradicionais, mas os novos, basicamente iodo e molibdênio", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Stella Fontes, Francisco Góes e Rafael Rosas | De Nova York e do Rio****Título: Vale prevê Ebitda de até US\$ 19 bi em 2020**

A Vale caminha para se tornar forte geradora de caixa nos próximos anos, segundo mensagem passada por executivos da empresa a investidores, ontem, em encontro na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A mineradora sinalizou que em 2020 deve gerar um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de até US\$ 19 bilhões, considerando um cenário mais otimista de preços de commodities. No ano passado, o Ebitda da Vale foi de US\$ 12 bilhões.

"Fazendo os ajustes necessários, queremos criar mais valor do que ninguém no mercado [de mineração]", disse Fabio Schvartsman, presidente da Vale. O diretor-financeiro da empresa, Luciano Siani Pires, afirmou que a criação de valor será garantida por uma melhoria nos "múltiplos" da empresa, resultante da governança, do desempenho e da alocação de capital "previsíveis". Outro elemento importante será justamente a geração de caixa a partir de uma carteira de ativos simplificada, de investimentos "otimizados" e de um balanço sólido com baixo endividamento. A meta da Vale é reduzir a dívida líquida para US\$ 10 bilhões.

Ontem a Vale reafirmou ao mercado que os investimentos vão permanecer baixos, mesmo incorporando novos projetos. A previsão de investimentos para 2017 é de US\$ 4,1 bilhões, número que vai cair para US\$ 3,8 bilhões em 2018. Siani disse que os "redutores" de caixa vão diminuir nos próximos anos. Só no caso da Samarco, por exemplo, a estimativa da Vale é aportar US\$ 393 milhões na companhia no ano que vem, abaixo dos US\$ 470 milhões de 2017, valores que incluem a Fundação Renova, responsável pela reparação ambiental do desastre da Samarco. Schvartsman disse ter certeza que a Renova vai ser provada como sendo uma solução à altura da tragédia da Samarco. Ele não quis fazer previsões, porém, sobre os prazos para a empresa receber as licenças ambientais e voltar a operar.

No minério de ferro, a Vale anunciou em Nova York a meta de produção de 390 milhões de toneladas para 2018, acima das 365 milhões de toneladas previstas para este ano. A partir de 2019, a empresa prevê produzir 400 milhões de toneladas anuais. Schvartsman disse que o foco na competitividade vai aumentar o Ebitda dos minerais ferrosos em US\$ 1,2 bilhão a US\$ 2 bilhões em 2020 em relação a 2017. A empresa prevê uma economia de US\$ 3 a US\$ 5 por tonelada no minério de ferro até 2020, além do US\$ 1 por tonelada já capturado com ganhos na cadeia de valor ao longo de 2017.

Outros destaque anunciado pela empresa aos investidores foi o crescimento da produção no S11D, em Carajás (PA), que deve atingir um patamar entre 50 milhões e 55 milhões de toneladas no ano que vem. A capacidade total do empreendimento, de 90 milhões de toneladas, deve ser atingida em 2020. Schvartsman previu que os preços do minério de ferro permaneçam estáveis em 2018. "O mercado em 2018 será muito bom", disse o executivo.

Schvartsman anunciou ainda a indicação de Eduardo Bartolomeo como novo diretor-executivo da área de metais básicos em substituição a Jennifer Maki, que deixa a companhia depois de 14 anos. A área de níquel é um dos principais desafios da Vale. Para 2018, a empresa vai reduzir a produção de níquel para 263 mil toneladas, queda de 45% em relação ao plano de produção anterior. A mensagem foi de que apesar de menores volumes, haverá geração positiva de caixa nas operações de níquel. Na Vale Nova Caledônia (VNC), ativo mais problemático, a empresa anunciou que precisa investir US\$ 500 milhões em novo reservatório de rejeitos para poder operar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Potencial para ser maior geradora de valor aos acionistas

A Vale deverá se transformar na empresa de mineração que vai gerar mais valor para seus acionistas entre as grandes mineradoras mundiais. A avaliação é do presidente da companhia, Fabio Schvartsman, para quem o desempenho estará ligado a quatro pilares: melhoria da governança, a partir da migração para o Novo Mercado da B3, no dia 22 deste mês; ganhos de performance, estratégia clara e bem definida e maior cuidado com questões de sustentabilidade. Na presidência da Vale desde maio, o executivo esteve na China, o principal cliente da empresa, e demonstra otimismo a curto prazo com a demanda chinesa. Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida por Schvartsman ao **Valor**.

Valor: *Este mês faz sete meses que o senhor assumiu a Vale. Que diagnóstico faz da companhia?*

Fabio Schvartsman: Logo que assumi tive excelente impressão da companhia, mas era uma impressão superficial. O quadro é melhor do que eu poderia esperar. Esta companhia tem potencial de ser a empresa de mineração que gerará mais valor aos seus acionistas em todo o mundo. De todas as de mineração no mundo, acredito que nos próximos anos não haverá outra produzindo mais valor para seus acionistas do que a Vale.

Valor: *O que lhe dá essa certeza?*

Schvartsman: É uma combinação de fatores. O primeiro deles se relaciona com a governança. Em 22 de dezembro, a Vale vai entrar no Novo Mercado [da B3]. Será uma data importantíssima para ela. A empresa enfrentou uma tarefa difícil, que foi se adaptar às exigências do Novo Mercado e promover uma conversão voluntária de ações que precisava contar com uma adesão muito grande de acionistas para que desse certo. Precisou dar um passo além com a adesão final de todo mundo [100% dos acionistas] para que tivesse só uma classe de ações, como é o caso neste momento, e tivesse pronta para assinar o regulamento do Novo Mercado e tocar o sino na bolsa no dia 22. Após 20 anos da privatização, a Vale começa a se tornar uma verdadeira corporação.

Valor: *Quais serão os impactos dessa migração para a Vale, seus acionistas e o mercado acionário?*

Schvartsman: A Vale é a maior empresa privada com ações na bolsa brasileira. É a estrangeira com maior liquidez na Bolsa de Nova York, com negociação de 30 milhões de ações por dia, algo como US\$ 300 milhões a US\$ 400 milhões. A entrada de uma empresa dessa dimensão no Novo Mercado é um fato marcante e espero que tenha boas consequências também para o Novo Mercado, que as pessoas comecem a compreender a importância do Novo Mercado.

Valor: *Haverá melhor avaliação da empresa e redução do desconto que o mercado aplica em Vale em relação aos concorrentes?*

Schvartsman: Quando comentei que a Vale tende a ser a empresa de mineração mundial que vai gerar mais valor para seus acionistas, parte desse valor virá da melhoria da governança que se traduz, em todos os mercados, em melhor avaliação da companhia. É uma alavanca na direção de produzir mais valor para os acionistas.

Valor: *2017 foi um ano de mudanças. Tem mais pela frente?*

Schvartsman: Estamos trabalhando para ter o quadro de principais-executivos da companhia completo na virada do ano. Vamos ter time completo jogando junto desde o início de 2018. Vamos entrar janeiro com um time pronto. E a escalação já está completa.

Valor: *Fundos que apoiaram a migração para o Novo Mercado disseram que a melhoria da governança acaba de começar. Concorde?*

Schvartsman: A ida para o Novo Mercado corresponde ao fato de que os acionistas controladores deixam de ser controladores e, futuramente, deixarão de ter a maioria dos conselheiros. Por enquanto, vieram dois membros independentes mas ao longo do tempo outros mais virão porque haverá uma

transição paulatina de membros indicados pelos antigos controladores para membros indicados pelo mercado, independentes.

Valor: *Os controladores da Vale vão vender parte de suas ações em março do ano que vem?*

Schvartsman: Não tenho direito de falar pelos outros, mas posso dizer qual é minha opinião. Se eu fosse eles, não vendia não.

Valor: *Por quê?*

Schvartsman: Se a ação vai valorizar tanto quanto estou dizendo, se vai criar mais valor para o acionista; se vender, vai perder essa valorização. É um motivo muito forte para não vender. Se estão buscando retorno sobre os investimentos, o natural é que paguem para ver.

"Na minha opinião, os acionistas não devem vender suas ações, pois podem perder a valorização que está prevista"

Valor: *Quais são as perspectivas para o minério de ferro em 2018?*

Schvartsman: Eu não me importo com o preço do minério de ferro, esteja onde estiver. Me importo que a Vale seja uma empresa previsível, que dado um [determinado] nível de preços a Vale consiga derivar qual é o desempenho que vai ter. É impossível tentar apostar em preço de commodity, sempre dá errado. O importante é: dado o nível de preço tem que sair do outro lado qual é o resultado que a Vale vai dar. Todo mundo tem que saber. Essa é a Vale que a gente quer porque nem sempre foi assim. Havia uma mudança de preço e era de se esperar que o resultado tivesse determinado comportamento e o comportamento era diferente desse. Isso é muito danoso para a valorização da companhia.

Valor: *Vai trabalhar sobre o que pode controlar como os custos?*

Schvartsman: Custo e realização de preço. Tem o preço e a realização de preço. A Vale tem o centro de controle de operações integradas [em MG]. O centro permite que a Vale escolha o melhor mix de produtos para colocar no mercado a cada momento. Maximiza o resultado. Significa que, dado um preço Platts [de referência], a Vale vai ter um prêmio e nosso objetivo é maximizar esse prêmio. É nossa obrigação, pois se nosso minério é de melhor qualidade do que a média tem que ter um diferencial de preço. Não é possível que a Vale tenha como resultado o preço médio. O preço, em si, não sei, mas o prêmio que vai ter em relação ao mercado esse eu tenho que saber.

Valor: *Mas qual é a sua percepção sobre a relação entre oferta e demanda para o minério de ferro?*

Schvartsman: Existe uma mudança no mercado de minério de ferro, existe uma demanda cada vez maior para minério de qualidade mais alta. Especialmente na China houve uma mudança no perfil de produção para altos-fornos [de siderúrgicas] de grande capacidade que precisam do minério de maior teor para ter produtividade e, adicionalmente, o minério de alta qualidade emite menos poluentes, o que é importante para China, que trabalha para reduzir os níveis de poluição. A Vale é, entre todas as empresas do mundo, a melhor posicionada em minério de alta qualidade graças a Carajás e à rampa [de crescimento da produção] do S11D [mina no Pará]. Então não só o mercado está bom como cresce a procura por minério de alta qualidade, o que faz com que o prêmio por esse produto esteja muito acima do que foi no passado. O minério da Vale tem um prêmio de 15% [sobre o Platts] enquanto o minério de baixa qualidade tem desconto de 30% a 40%.

Valor: *Não esperam, portanto, grandes oscilações a curto prazo?*

Schvartsman: A China, ao invés de continuar investindo apenas no crescimento de sua infraestrutura interna, que era o que puxava a demanda de minério no passado, aposta no 'One Belt and One Road', projeto que consiste em usar capital, engenharia e produtos chineses para construir infraestrutura ligando a China com outras regiões do mundo [via Ásia]. Usa aço chinês para construir infraestrutura em outros países, o que faz com que a demanda dos altos-fornos chineses permaneça alta.

Valor: *Os sinais da China para 2018 são positivos?*

Schvartsman: Tive o cuidado de ir à China e lá conversei com todos os principais produtores de aço chineses. O que estou dizendo não é minha opinião, mas o que eles dizem como veem o horizonte. Não sei a longuíssimo prazo, mas o ano que vem com segurança esse é o cenário que está colocado.

Valor: *Como avalia a situação no resto do mundo?*

Schvartsman: Vivemos momento único no qual todas as grandes economias do mundo crescem ao mesmo tempo. Faz muitos anos que não acontecia situação dessas. Até o Japão cresce e digo isso porque a população japonesa decresce. É uma situação de demanda firme em todo lugar. O expoente continua sendo a China pelo tamanho e, visitando a China, se nota que os investimentos feitos no país em tecnologia e escala de produção fazem com que não tenha para ninguém. O produto da China é de qualidade melhor e de custo menor do que o

feito em qualquer outro lugar do mundo. O que tende a fazer com que essa posição de mercado da China seja sustentável.

Valor: *Quais são os riscos?*

Schvartsman: Não estou dizendo que a economia ficará assim para a frente. É o que estamos vivendo hoje. O grande fator de ruptura da economia mundial é o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, o que traz desequilíbrios em todos os mercados. E existem indicações que os Estados Unidos vão acelerar a elevação de suas taxas de juros a partir do ano que vem. Se isso acontecer, é de se esperar uma mudança desse cenário com alguns países se beneficiando e outros sendo prejudicados. Se os Estados Unidos pagam mais juros, o dinheiro vai para lá, o que acaba esvaziando a potência do resto.

"A Vale será uma empresa focada em margem e não em volume de produção. Se ganhar mais produzindo menos, melhor"

Valor: *Quando a Vale vai atingir produção de 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano?*

Schvartsman: Em 2019, devemos chegar a esse número. Nossa capacidade de produção será maior que essa. Assim como nossa capacidade é maior do que as 360 milhões de toneladas que vamos vender no ano [de 2017]. A Vale é uma empresa focada em margem e não em volume. Se ganhar mais produzindo menos, melhor. O que importa é qual é o número de produção que vai garantir o máximo resultado..

Valor: *Quando a Vale vai conseguir colocar minério na China abaixo de US\$ 30 por tonelada?*

Schvartsman: É importante colocar em perspectiva o que estamos fazendo. Falamos de governança que é uma das alavancas de criação de valor. Outra alavanca tão importante quanto é performance, resultado. Eu falei de previsibilidade. Tem que haver tanta consciência de custo na companhia que, em qualquer cenário de preço, eu consiga definir o que é o resultado. Então todo o trabalho de custo na empresa visa dotá-la das melhores práticas para que ela seja competitiva e melhore a performance. Val para tudo que faz.

Valor: *A crítica do mercado é que a geração de caixa da Vale depende do preço do minério de ferro...*

Schvartsman: Como estamos trazendo o custo lá pra baixo, resistimos melhor às oscilações [de preços]. E estamos vendendo minério com prêmio e reduzindo custos.

Valor: *E nos metais básicos, um negócio problemático, o que vai fazer? Vender ativos, se associar?*

Schvartsman: Houve uma mudança positiva no níquel. Mas demos uma freada para arrumação, reduzindo o nível de produção. A lógica das mineradoras é escala. Estamos tomando decisão voltada à geração de caixa. Não estou interessado em anunciar que vendi mais, quero produzir mais resultado. O que vai acontecer é que nos próximos dois anos o negócios de metais básicos vai gerar mais caixa do que gerou nos últimos anos e existe gradativa melhoria do cenário de níquel. Os preços estão pouco melhores, o veículo elétrico está começando a se tornar realidade. A visão de que terá papel importante nas baterias para veículos elétricos está se consolidando. Há três meses a cotação do níquel era de US\$ 9,5 mil; hoje está na faixa US\$ 11,5 mil. Se produzir 260 mil toneladas vezes dois mil dólares [adicionais por tonelada] dá US\$ 520 milhões a mais. É uma mudança pequena mas ajuda muito: Começo a ficar otimista nesta área.

Valor: *A produção de níquel como insumo para baterias de carros elétricos é uma oportunidade real?*

Schvartsman: Espero que sim, mas depende do desenvolvimento tecnológico. O níquel é o que tem melhor relação entre peso e capacidade de armazenagem de energia, então é fundamental para veículos. A lógica é que vá se usar muito níquel na bateria. Os indícios são positivos, mas o que temos que fazer é tornar a área de níquel rentável independentemente disto.

Valor: *De que forma?*

Schvartsman: Mudando a maneira como gerimos os sites onde operamos. Vamos transformar cada site em caixa positivo, o que é inédito na Vale, pois sempre houve subsídio cruzado entre eles: o melhor subsidiando o pior. Para mim, ou tem condições de andar com as próprias pernas ou não queremos. Na Nova Caledônia, onde o problema é mais complicado - além de custo elevado, precisamos investir em novo reservatório de rejeitos para continuar a operação -, queremos trazer sócio com capital. O processo continua, está andando.

Valor: *Tem perspectiva de investir em novos negócios?*

Schvartsman: Depois desses meses, concluí duas coisas. A Vale é diversificada, considerando os negócios de metais básicos e carvão. O problema é que não tem dado resultado. Entendo que minha obrigação é fazer gerar resultados proporcionais a esses negócios como ocorre no minério de ferro. Outra conclusão é que, antes de me arvorar comprador, tenho de mostrar que preciso entregar resultado no que tenho. Vou comprar baseado em quê? Nossa missão

é recuperar os ativos existentes mostrando que somos capazes de entregar valor em tudo que a Vale tem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas, Graziella Valenti e Fernando Torres | Do Rio e de São Paulo

Título: MPF acusa ex-conselheiros da Petrobras por improbidade

O Ministério Público Federal (MPF) do Rio de Janeiro vai testar os limites do artigo 238 da Lei das Sociedades Anônimas, que permite aos administradores de companhias abertas de economia mista — ou seja, de controle estatal — orientar o negócio a atender os interesses públicos. Os procuradores Cláudio Gheventer, Gino Augusto de Oliveira Liccione, André Bueno da Silveira e Bruno José Silva propuseram ontem uma ação civil pública por improbidade administrativa contra ex-conselheiros de administração da Petrobras em razão da condução da política de preços da gasolina e do diesel, que teria sido feita em detrimento do interesse da estatal, nos anos de 2013 e 2014.

De acordo com a ação inicial do MPF, que busca o ressarcimento das perdas, os valores dos combustíveis cobrados pela empresa foram usados para controle da inflação. São alvos da ação os ex-ministros Guido Mantega, Miriam Belchior e Marcio Zimmermann; o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Luciano Coutinho; a ex-presidente da companhia Maria das Graças Foster, além de Francisco Roberto de Albuquerque e José Maria Ferreira Rangel.

Durante o intervalo de 2011 a 2014, o subsídio dos combustíveis pela Petrobras, por meio da defasagem do preço cobrado na bomba do posto de gasolina custou US\$ 35 bilhões ao caixa da estatal. O valor foi informado pelo ex-conselheiro da empresa, Mauro Rodrigues da Cunha, durante a CPI da Petrobras, em depoimento concedido em 28 de abril de 2015.

Gheventer afirmou, em entrevista ao Valor, que os conselheiros acusados se recusavam a aumentar os preços a despeito de diversos e sucessivos alertas feitos pela diretoria financeira da Petrobras, que demonstrava que os limites da saúde financeira da empresa (divulgados ao mercado, inclusive) não seriam alcançados sem a correção dos valores. “A negativa era completamente sem base. Os conselheiros simplesmente diziam que não era o momento, mas não apresentavam justificativa.”

Ele explicou que nem todos os conselheiros que atuaram nesse período de 2013 e 2014 foram acusados, pois houve alguns que se manifestaram a respeito da

importância de corrigir a defasagem com o mercado internacional, inclusive com voto contrário à manutenção dos preços em ata.

Quando chegou à Petrobras em 2013, eleito por acionistas minoritários de ações ordinárias, Rodrigues da Cunha teve a impressão de que a discussão a respeito da responsabilidade pela defasagem “caía por entre as cadeiras entre o conselho e a diretoria”, conforme relatou à CPI. Então, buscou a contratação de três pareceres de advogados sobre o tema e todos apontaram como conclusão que a responsabilidade pela política de preços era da diretoria. “Então, a diretoria formulou uma política, mas ela foi abortada pelo conselho.”

Entre o fim de 2012 e dezembro de 2014, o endividamento líquido da Petrobras, em relação ao Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), subiu de 2,8 vezes para 4,8 vezes — com pico de 5,2 vezes em setembro de 2015. Enquanto diretoria e conselho mantinham os combustíveis defasados, a meta formal divulgada ao mercado era de reduzir a dívida a 2,5 vezes Ebitda, em até 24 meses.

Desde outubro de 2016, o preço dos combustíveis deixou de ser tema do conselho da Petrobras, com política oficial divulgada e acompanhada pela diretoria.

A questão da defasagem dos preços de combustíveis na Petrobras — no intervalo de 2011 a 2014 — foi alvo de grande controvérsia no mercado. A questão sobre se a União e seus representantes deveriam ou não ser processados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) dividia especialistas, justamente por conta do artigo 238 da Lei das S.As. Havia quem entendesse que, por se tratar de política de preços relacionada ao objeto social da companhia, de controle estatal, o assunto não deveria ser alvo de investigação e eventual punição. Mas havia também quem defendesse que se tratava de potencial abuso de poder de controle por parte da União, que estaria atuando de forma a se beneficiar politicamente em detrimento à companhia.

Hoje, não há nenhum processo ou investigação em andamento na xerife de mercado a respeito diretamente da política de preços de combustíveis e as práticas adotadas entre 2011 e 2014.

Existem dois processos sancionador que tratam do tema apenas indiretamente. Um deles é contra o ex-diretor financeiro e de relações com investidores, Almir Barbassa, e data de 2014. O foco é a divulgação das informações sobre política de preços pelo executivo. Há ainda processo sancionador contra ex-conselheiros em razão de não terem corrigido as expectativas do mercado sobre as metas financeiras de endividamento, mesmo cientes que a política de preços tornava o objetivo impossível.

MME / ASCOM .